



ATA DE REUNIÃO

1. Informações Gerais

Data: 13/06/2017	Horário: 09:30 h	Local: Auditório da AMMA
------------------	------------------	--------------------------

2. Participantes

- Lista de presença com assinatura dos presentes digitalizada anexa.

3. Objetivo da Reunião

- Apresentar o status das metas e objetivos do planejamento estratégico do TJ MA.

4. Pauta

- Planejamento estratégico 2016-2020

5. Decisões

Objetivo Estratégico 1	Ampliar o acesso à Justiça Estadual	Responsável
META 1	Realizar 20 ações visando a ampliação do acesso à justiça	CGJ
Resultado	<p>1) Instituição da Central Única de Cartórios, por meio do Provimento CGJ 13/2016, que contempla todas as atribuições registras e notariais e funcionará como foro centralizador de informações extrajudiciais e de comunicação entre as serventias, o Poder Judiciário e a comunidade. www.cartoriosmaranhao.com.br</p> <p>2) Manutenção do Projeto Casamento Comunitário em parceria com a Ação Global, realizado em São Luís, no Centro de Convenções da UFMA; Comarcas/unidades que realizaram casamento Comunitário 2016: Alcântara; São Raimundo das Mangabeiras; Cantanhede; 3ª Vara de Família de São Luís; Arari; Coroatá; Açailândia; Imperatriz; Cantanhede; Estreito; Bacabal; Bom Jardim; Timon; Anajatuba; Tutoia e Alto Parnaíba.</p> <p>3) Reativação e modernização do Projeto Jurado Voluntário, ampliando o acesso aos serviços do Poder Judiciário, possibilitando a inscrição dos interessados por meio do formulário eletrônico disponível no portal da internet da Corregedoria Geral da Justiça.</p> <p>4) Instituição do Projeto Construindo a Justiça, ampliando o acesso à justiça e desburocratizando as ações do Poder Judiciário, garantindo assim a participação de todos.</p> <p>5) A Corregedoria Geral da Justiça realizou vários Mutirões em 2016, agilizando os processos mais urgentes como forma de ampliar o acesso à justiça: 1ª Vara de Coroatá; 2ª Vara Criminal de São José de Ribamar; Vara Única de Dom Pedro; Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís; 1ª Vara de Colinas; Vara Única de São João dos Patos; 1ª Vara de Brejo; 1ª Vara de Bacabal; 1º Juizado Especial Cível de São Luís; Vara Única de Cantanhede; 1ª Vara de Zé Doca; 1ª Vara de Pinheiro; Vara Única de Arame; Vara Única de Matões; Vara Única de Cururupu; Vara Única de Mirinzal; 1ª Vara de Barra do Corda; 7º Juizado Especial Cível de São Luís; 2ª Vara de Estreito; 7ª Vara de Família de São Luís; Polo de Itapecuru Mirim; Mutirão de Ações Penais e Improbidade Administrativa (67 unidades judiciais); Mutirão de Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes - Semana da Infância (5 unidades judiciais).</p> <p>6) Efetivação da Semana de Atenção Prioritária do Meio Ambiente (ocorreu em todo Estado). Resultado: 361 despachos, 90 decisões, 110 audiências, 88 sentenças, 461 processos para magistrados.</p> <p>7) A renovação do Projeto Comissão Sentenciante com atribuição de reduzir a taxa de congestionamento processual das unidades com maiores demandas processuais (Provimento CGJ-32016).</p>	



ATA DE REUNIÃO

8) Instituição da Secretaria Judicial Única Digital-RESOL-GP-172017.
Ações planejadas para o próximo trimestre:
Dar continuidade aos mutirões processuais executando as ações já iniciadas.

Objetivo Estratégico 2	Fomentar ações institucionais que promovam a responsabilidade socioambiental.	Responsável
META 2	Implementar em 100% o Plano de Logística Sustentável - PLS	Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário
Resultado	69%	
Ações planejadas para o próximo trimestre:		
1. Concluir projeto de eficiência energética para substituição das lâmpadas do prédio administrativo por led, por meio da chamada pública da CEMAR;		
2. Realizar Programa de Qualidade de Vida para servidores da Comarca de Imperatriz;		
3. Consolidar Programa de Gestão de Resíduos na sede do TJ, CGJ, Centro Administrativo e Fórum de São Luís, a partir da conclusão do processo de aquisição de containers e coletores para separação dos resíduos nos setores, além da conclusão da reforma do espaço para armazenamento dos resíduos		
4. Ruso da água dos aparelhos de ar condicionado.		
5. Substituir os copos descartáveis para uso interno por meio de canecas		
6. Ampliar as campanhas de sensibilização para uso racional de água, energia, insumos e materiais.		

Objetivo Estratégico 3	Priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos e de improbidade administrativa.	Responsável
META 3	Identificar e julgar anualmente, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até o terceiro ano anterior.	CGJ
Resultado	- 1º Grau Comum – 54,12% - JECRIM – 81,81% - 2º GRAU – 99,45% - GERAL TJ/MA – 56,80% 2º grau: Hoje o TJMA possui apenas 5 ações, dentre as distribuídas até dezembro de 2014, pendentes de julgamento;	
Ações planejadas para o próximo trimestre:		
1) Identificação dos processos referentes à Meta;		
2) Recomendação de prioridade aos magistrados;		
3) Acompanhamento mensal dos resultados.		
2º grau: Manter os envolvidos atualizados, com informações quinzenais, sobre os processos de improbidade administrativa e ações penais relacionados a crime contra administração pública, pendentes de julgamento, independente do ano de entrada neste Tribunal.		

Objetivo Estratégico 4	Atuar na prevenção de desvio de conduta, bem como no aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, orientação e fiscalização dos gastos públicos.	Responsável
META 4	Executar 100% das ações de auditoria previstas no Plano Anual de Auditoria	Controle Interno
Resultado	85,71% das Auditorias em andamento	
Ações planejadas para o próximo trimestre:		
Conclusão de 42,85% das ações previstas		

Objetivo Estratégico 4	Atuar na prevenção de desvio de conduta, bem como no aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, orientação e fiscalização dos gastos públicos.	Responsável
META 4.1	Executar 100% das ações de monitoramento e de avaliação de controles internos previstas no Plano Anual de Auditoria	Controle Interno
Resultado	Em construção	
Ações planejadas para o próximo trimestre:		
1) Alteração do Plano Anual de Auditoria para prever as ações de auditoria, de monitoramento e de avaliação de controles internos por Unidade/Coordenadoria responsável.		



ATA DE REUNIÃO

- 2) Mudanças na RESOL-GP 582013 estabelecendo o fluxo de trabalho do Monitoramento;
- 3) Desenvolvimento de ferramenta para utilização no Monitoramento;
- 4) Previsão das ações de monitoramento e de avaliação de controles internos no planejamento para 2018.

Objetivo Estratégico 4	Atuar na prevenção de desvio de conduta, bem como no aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, orientação e fiscalização dos gastos públicos.	Responsável
META 5	Concluir quantidade igual de processos administrativos disciplinares e sindicância distribuídos no ano corrente.	Coordenadoria de Processos Administrativos, Disciplinares e Sindicância (TJ)
Resultado	Total relatórios finais para decisão conclusos – 92 Processos remanescentes do ano anterior e distribuídos no período de medição – 92 Esperado – 98% Realizado – 100%	
Ações planejadas para o próximo trimestre:		
1. Realização de cursos de capacitação conjunta em Sind/PAD 2. Proposta de desenvolvimento de um sistema próprio para tramitação de Sind/PAD 3. Concluir a atualização do Manual Disciplinar do Poder Judiciário 4. Cumprimento da meta esperada (98%)		

Objetivo Estratégico 5	Propiciar maior agilidade nos trâmites dos processos judiciais.	Responsável
META 6	Atingir 100% o número de processos eletrônicos em relação ao total de processos que são protocolizados.	Diretoria de Informática e Automação
Resultado	52% do processos distribuídos já são eletrônicos. PETIC previa 40% em 2017.	
Ações planejadas para o próximo trimestre:		
1) Implantação de todas as classes originárias no 2º Grau 2) Implantação do Plantão Judicial do 2º Grau 3) Implantação em 25 comarcas de entrância intermediária.		

Objetivo Estratégico 5	Propiciar maior agilidade nos trâmites dos processos judiciais	Responsável
META 7	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente. (CNJ - Meta 1)	CGJ
Resultado	1. 1º Grau Comum – 74,53% 2. JE – 101,37% 3. 2º GRAU – 98,96% 4. TR – 127,84% GERAL TJ/MA – 83,49% Resultado 2 Grau: distribuídos 14.343 julgados 10.311/ baixa 12.288	
Ações Planejadas para o próximo trimestre		
1) Intensificar os trabalhos da Comissão Sentenciante		

Objetivo Estratégico 5	Propiciar maior agilidade nos trâmites dos processos judiciais	Responsável
META 8	Identificar e julgar anualmente, 80% dos processos distribuídos até o quarto ano anterior no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até o terceiro ano anterior no 2º grau e, 100% dos processos distribuídos até o terceiro ano anterior nos Juizados Especiais e Turmas Recursais. (CNJ - Meta 2)	CGJ
Resultado	1. 1º Grau Comum – 79,38% 2. JECRIM – 95,15%	



ATA DE REUNIÃO

3. TR – 99,01% 4. 2º GRAU – 98,74% No 2º grau - 453 processos pendentes de julgamento
Ações planejadas para o próximo trimestre
1) Identificação dos processos referentes à Meta; 2) Recomendação de prioridade aos magistrados; 3) Acompanhamento mensal dos resultados. 2º grau: Acompanhar os gabinetes os processos pendentes de julgamentos, que foram distribuídos até dezembro de 2014.

Objetivo Estratégico 6	Fortalecer a adoção de soluções alternativas de conflito	Responsável
META 9	Garantir a homologação de acordos pré-processuais e conciliações em número superior à média das sentenças homologatórias nas unidades jurisdicionais correlatas.	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos
Resultado	Período de (01/01/2017 a 09/06/2017) Audiência realizada com Acordo: 791 32,10% Audiência realizada sem Acordo: 354 14,37%	
Ações Planejadas para o próximo trimestre		
1) Disseminar cultura de acessos as plataformas digitais; 2) Realização de 2 Balcões de Renegociação de dívidas na capital em 2017; 3) Realização de Mutirões;		

Objetivo Estratégico 6	Fortalecer a adoção de soluções alternativas de conflito	Responsável
META 10	Aumentar os casos resolvidos por conciliação em relação ao ano anterior e aumentar o número de CEJUSC.	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos
Resultado		
Ações Planejadas para o próximo trimestre		
Mutirões 1) Instalação do Centro de Conciliação de família; 2) Instalação de Centros de Conciliação em Paço do Lumiar, Maracatumé e Santa Inês.		

Objetivo Estratégico 7	Priorizar o julgamento dos maiores litigantes e recursos repetitivos	Responsável
META 11	Aumentar em 20% o IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas)	Coordenadoria do Conselho de Supervisão dos Juizados/CGJ e NURER
Resultado	IRDR distribuídos: 11 (onze) / IAC distribuídos: 01 (um)	
Ações Planejadas para o próximo semestre		
1. Disciplinar, juntamente com o NUGEP, o recebimento e processamento destes incidentes. 1) Conhecer a estrutura do NUGEP do TJ BA – visita agendada; 2) Programar reunião com Desembargadores e Comissão do NUGEP para esclarecimentos, a serem prestados pelo Ministro Paulo de Tarso; 3) Programar visita de especialista para propor alteração do RI TJ, relacionada a aplicabilidade dos instrumentos IRDR e IAC na esfera penal; 4) Realizar capacitação para os integrantes do NUGEP.		

Objetivo Estratégico 8	Implementar melhorias na gestão das execuções fiscais.	Responsável
META 12	Implantar em 100% das unidades judiciais, as ferramentas de efetividade das execuções fiscais e	Diretoria de Informática e Automação



ATA DE REUNIÃO

	cíveis implantadas (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD E PROTESTO)	
Resultado	100% das unidades já podem utilizar os sistemas.	
Ações Planejadas para o próximo trimestre		
1) Apoio ao uso dos sistemas.		

Objetivo Estratégico 8	Implementar melhorias na gestão das execuções fiscais.	Responsável
META 13	Implantar 5 ações de melhoria da gestão das execuções fiscais e cíveis	Juizes Corregedores/CGJ
Resultado	1) Realizado o levantamento das execuções fiscais paralisadas a mais de 100(cem) dias nas Unidades com competência; 2) A Corregedoria Geral da Justiça e o Tribunal de Justiça do Maranhão regulamentaram o projeto “Responsabilidade Fiscal e Cidadania” por meio da Portaria-Conjunta-72016, visando reduzir o acervo e a distribuição de novos processos de execução fiscal.	
Ações planejadas para o próximo trimestre		
1) Acompanhamento do projeto-piloto na Vara da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luís.		

Objetivo Estratégico 9	Aprimorar a gestão da Justiça Criminal, conferindo maior eficiência e reduzindo a incidência de práticas de delitos.	Responsável
META 14	Ampliar em 20% a abrangência do Projeto de Justiça Restaurativa	Juizes Corregedores/CG
Resultado	Implantação do Núcleo de Justiça Restaurativa vinculado à 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís. Curso sobre prática de Justiça Restaurativa. Participantes: juizes. Local: São Luís. Período: abril/2016. Curso sobre prática de Justiça Restaurativa. Participantes: servidores. Local: Imperatriz. Período: agosto/2016.	

Objetivo Estratégico 9	Aprimorar a gestão da Justiça Criminal, conferindo maior eficiência e reduzindo a incidência de práticas de delitos.	Responsável
META 15	Aumentar em 20% as decisões que apliquem penas e medidas alternativas	Juizes Corregedores/CGJ
Resultado	Realizado 2015: 1.068 - Meta 2016: 1.111; Realizado: 770; % cumprimento: 72,09% Meta 2017: 1.155; Realizado: 493; % cumprimento: 42,68%. Estimativa até dez/17: 54,29%	
Ações planejadas para o próximo trimestre		
1) Implantar no Sistema ThemisPG um CHECK BOX para identificação das decisões que apliquem penas ou medidas alternativas.		

Objetivo Estratégico 10	Reduzir custos e riscos no deslocamento dos apenados	Responsável
META 16	Implantar o sistema de videoconferência em todas unidades judiciais com competência criminal	AGEM / Diretoria de Informática e Automação
Resultado	Videoconferência instalada em São Luís, S.J. de Ribamar e Imperatriz	
Ações planejadas para o próximo trimestre		
1) Instalação de salas de videoconferência em: Pinheiro, São João dos Patos, Caxias, Chapadina e Bacabal.		

Objetivo Estratégico 11	Realizar a adequação e distribuição da força de trabalho no Poder Judiciário.	Responsável
META 17	Garantir 100% de adequação da força de trabalho nas unidades administrativas e judiciais a partir de parâmetros objetivos, vinculados à demanda de	Diretoria de Recursos Humanos



ATA DE REUNIÃO

	processos, com garantia da estrutura mínima das unidades de trabalho	
Resultado	Ações descritas no Plano de Ação realizadas dentro do prazo.	
Ações planejadas para o próximo trimestre		
1. Elaboração de Estudo para distribuição/extinção de cargos comissionados 2. Concurso de Redistribuição Voluntária entre unidades judiciais e administrativas do 2º Grau, Varas, Juizados da Comarca da Ilha de São Luís 3. Concurso de Remoção entre unidades judiciais e administrativas do 1º Grau 4. Transferência de Cargos Comissionados e Funções 5. Elaboração de Nova Resolução com distribuição dos cargos efetivos e comissionados 6. Publicação da TLP - Tabela de Lotação de Pessoal atualizada		

Objetivo Estratégico 12	Aprimorar a política de Gestão de Pessoas, garantindo o desenvolvimento de competências e a melhoria na qualidade de vida de servidores e magistrados.	Responsável
META 18	Implantar 100% a política de Gestão por Competência no Poder Judiciário	Diretoria de Recursos Humanos
Resultado	Ações descritas no Plano de Ação realizadas dentro do prazo	
Ações planejadas para o próximo trimestre		
1. Mapeamento das Competências da Justiça de Primeira Grau -ETAPA I: Workshop para Mapeamento das Competências Específicas- Uma Análise de Conteúdo. 2. Mapeamento das Competências da Justiça de Primeiro Grau-ETAPA II: Workshop de Validação das Competências Específicas. Este evento será realizado em várias turmas, tendo como participantes os membros do Grupo Focal em quantas turmas forem necessárias. 3. Mapeamento das Competências da Justiça de Primeiro Grau-ETAPA III: Divulgação e Compartilhamento das Competências.		

Objetivo Estratégico 12	Aprimorar a política de Gestão de Pessoas, garantindo o desenvolvimento de competências e a melhoria na qualidade de vida de servidores e magistrados.	Responsável
META 19	Implantar 100% da Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário	Diretoria de Recursos Humanos
Resultado	Ações descritas no Plano de Ação realizadas dentro do prazo.	
Ações planejadas para o próximo trimestre		
1. Realizar mês a mês cálculo de servidores que já realizaram os exames 2. Elaboração de cronograma de treinamento dos servidores 3. Iniciar os treinamentos		

Objetivo Estratégico 13	Desenvolver a gestão dos materiais, visando a equidade na distribuição dos itens entre as unidades	Responsável
META 20	Promover 10 ações que visem a adequação da distribuição de material segundo perfil definido para cada unidade administrativa e judicial	Diretoria de Recursos Humanos
Resultado	Divisão de Administração de Material: Redução de 48,84% no consumo de papel A4, tanto pelas unidades jurisdicionais quanto pelas unidades administrativas, gerando uma economia de R\$ 924.248,00 (novecentos e vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e oito reais); Elaboração de novo TERMO DE REFERÊNCIA para aquisição de papel A4 adequado à real demanda das unidades. Divisão de Administração Patrimonial: Em 2016 foram realizadas 18 viagens. Redução em 52,96% do número de viagens às comarcas do interior do estado para a entrega de materiais permanentes em relação ao ano de 2015 (34 viagens). Equivalente a 19 (dezenove) viagens a menos; Entre janeiro e maio de 2017 foram realizadas 6 (seis) viagens para a entrega de materiais permanentes. Redução em 33,33% em relação ao ano de 2015 (9 viagens), equivalente a 3 (três) viagens a menos;	
1) Criação de 05 rotas de entrega para fornecimento de materiais de consumo às comarcas do interior do		



ATA DE REUNIÃO

Estado em veículos próprios do TJMA visando economia nos custos com os correios e de operações de estoque;

2) Criação de outros almoxarifados satélites no interior do Estado com a finalidade de reduzir, ainda mais, os custos operacionais, bem como centralizar os pedidos e a distribuição e, ainda, viabilizar o fornecimento local de água mineral;

3) Estão programadas 6 (seis) viagens às comarcas do interior do Estado para fornecimento de materiais permanentes, com uso de veículos próprios do TJMA, com vistas a uma distribuição mais racional, equânime, econômica e capaz de atender os itens prioritários das comarcas dos 7 (sete) polos do TJMA;

4) Até dezembro 2017, 100% das comarcas do interior serão atendidas pelo projeto.

Objetivo Estratégico 14	Aprimorar a gestão orçamentária e de custos, permitindo a melhor alocação dos recursos e a redução de despesas	Responsável
META 21	Executar 95% dos créditos orçamentários disponibilizados	Diretoria Financeira
Resultados	Execução dos créditos orçamentários em 2016: 96,15% Execução dos créditos orçamentários até 31.05.2017: 42,44%	
Ações Planejadas para o próximo trimestre		

Objetivo Estratégico 14	Aprimorar a gestão orçamentária e de custos, permitindo a melhor alocação dos recursos e a redução de despesas	Responsável
META 22	Garantir 70% de aderência das aquisições ao plano de contratações.	Diretoria Financeira
Indicador não aderente à competência da Diretoria Financeira		
Ações Planejadas para o próximo trimestre		
Descontinuidade ou transferência do mesmo		

Objetivo Estratégico 14	Aprimorar a gestão orçamentária e de custos, permitindo a melhor alocação dos recursos e a redução de despesas	Responsável
META 23	Garantir 60% de aderência às execuções dos créditos orçamentários disponibilizados	Diretoria Financeira
Resultado	30,09% de aderência às execuções dos créditos orçamentários disponibilizados (até 31.05.2017).	
Ações Planejadas para o próximo trimestre		
1) Criação da Portaria que disciplina a utilização dos Planos Internos no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão. (PORTARIA-GP –10932016).		
2) Conclusão do Módulo de Cadastro da Proposta Orçamentária do Poder Judiciário do Maranhão.		

Objetivo Estratégico 14	Aprimorar a gestão orçamentária e de custos, permitindo a melhor alocação dos recursos e a redução de despesas	Responsável
META 24	Reduzir em 100% o pagamento decorrente de obrigações contratuais em razão de atraso	Diretoria Financeira
Resultado	99,61%	
Ações Planejadas para o próximo trimestre		

Objetivo Estratégico 14	Aprimorar a gestão orçamentária e de custos, permitindo a melhor alocação dos recursos e a redução de despesas	Responsável
META 25	Reduzir em 30% a inscrição de notas de empenho em restos a pagar	Diretoria Financeira
Resultado	Redução de 35,33%	
Ações Planejadas para o próximo trimestre		



ATA DE REUNIÃO

Objetivo Estratégico 14	Aprimorar a gestão orçamentária e de custos, permitindo a melhor alocação dos recursos e a redução de despesas	Responsável
META 26	Diminuir o valor da despesa por processo baixado em relação ao ano anterior (CNJ – Meta específica)	Diretoria Administrativa/TJ e Coordenadoria Administrativa/CGJ
Resultado	Divisão de Protocolo e Arquivo: Redução de R\$ 372.684,00 de janeiro a julho de 2016 em relação ao mesmo período de 2015, na readequação da distribuição de materiais. Coordenadoria de Apoio Administrativo: Economia 2015 para 2016 de R\$ 7.090.294,22 (sete milhões noventa mil, duzentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos); Redução da quantidade de postos de trabalho Divisão de Transporte: Redução de 5% em despesas com combustível e manutenção entre os anos de 2015 e 2016	

Ações planejadas para o próximo trimestre

- 1) Estender o serviço de malote a todas as comarcas (atualmente o serviço contempla as Comarcas Intermediárias);
- 2) Substituir o serviço de Sedex pelo serviço de PAC quando não for possível o envio via malote.
- 3) Averiguar mensalmente os postos de trabalho dos terceirizados; (ação contínua)
- 4) Reduzir ainda mais a quantidade de postos de trabalho;
- 5) Revisar os contratos de terceirização, por meio de aditivos e apostilamentos, ajustando os quantitativos às necessidades atuais do Tribunal;
- 6) Verificar "in loco" corredores(luzes, aparelhos elétricos), banheiros e as dependências do Prédio Sede); (ação contínua)
- 7) Adoção métodos que visam a redução do consumo de energia elétrica e água; (ação contínua)
- 8) Contratar empresa serviços de transporte aquaviário via Ferryboat – serviço contratado
- 9) Contratar empresa prestadora serviços de Locação de Veículos – licitação em fase de conclusão
- 10) Renovar parcialmente frota de veículos do Poder Judiciário – 19 veículos adquiridos (17 caminhonetes e 2 veículos de passeio)
- 11) Contratar empresa fornecedora de mão de obra terceirizada de motorista – Processo iniciado
- 12) Integrar sistema FROTTAS ao PJE – integração em andamento.

Objetivo Estratégico 15	Garantir a agilidade dos trâmites processuais administrativos e judiciais e a padronização das rotinas	Responsável
META 27	Redesenhar os principais macroprocessos das unidades administrativas e judiciais de forma racional, elaborando os manuais de rotinas.	Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização
Resultado	Portarias publicadas: Chefia de Gabinete da Presidência, Secretaria Geral do TJ/MA, Coordenadoria de Processos Administrativos, Disciplinares e Sindicância e Diretoria Administrativa	

Ações planejadas para o próximo trimestre

1. Concluir o mapeamento dos processos da Coordenadoria de Precatório e das Diretorias de Recursos Humanos e Administrativa.

Objetivo Estratégico 16	Garantir o cumprimento dos normativos relacionados ao acesso à informação	Responsável
META 28	Implantar 100% as diretrizes fixadas na Lei de Acesso à Informação e resoluções do CNJ	Secretaria Geral do TJ/MA
Resultado	Meta para 2016 = 10% - Percentual atingido 62,50%	

Ações planejadas para o próximo trimestre

- 1) Remuneração e proventos percebidos por todos os membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e colaboradores do órgão, incluindo-se as indenizações e outros valores pagos a qualquer título, bem como os descontos legais, com identificação individualizada e nominal do beneficiário e das unidades na qual efetivamente presta serviços, com detalhamento individual de cada uma das verbas pagas sob as rubricas “Remuneração Paradigma”, “Vantagens Pessoais”, “Indenizações”, “Vantagens Eventuais” e



ATA DE REUNIÃO

“Gratificações”, conforme quadro descrito no anexo desta Resolução; (DRH)
2) Programação e execução orçamentária, inclusive informações referentes a procedimentos licitatórios, com os respectivos editais e resultados, e a todos os contratos celebrados;
3) Relação de membros e servidores que participam de conselhos e assembléas externamente à instituição
4) Programação e execução orçamentária, inclusive informações referentes a procedimentos licitatórios, com os respectivos editais e todos os contratos celebrados

Objetivo Estratégico 17	Aperfeiçoar a comunicação no Poder Judiciário, através do aprimoramento dos canais internos e externos	Responsável
META 29	Aumentar em 50% a participação do público interno em programas e eventos realizados pelo Poder Judiciário	TJ e CGJ/ Assessoria de Comunicação
Resultado	Sem resultados	
Ações planejadas para o próximo trimestre		
1. Definição de prazos em relação à metodologia de aferição da meta e desenvolvimento ou adaptação do sistema que será utilizado em conjunto com a Informática. 2. Determinação de um glossário para definir quais eventos serão contabilizados.		

Objetivo Estratégico 17	Aperfeiçoar a comunicação no Poder Judiciário, através do aprimoramento dos canais internos e externos	Responsável
META 30	Aumentar em 30% o número de inserções de matérias positivas em mídias externas	TJ e CGJ/ Assessoria de Comunicação
Resultado	No primeiro semestre de 2017 houve um <u>aumento de 26,3%</u> no número de matérias positivas e neutras veiculadas espontaneamente nos veículos de comunicação (impresso, rádio, TV e internet), em relação ao 1º semestre de 2016. Em igual período de 2016 em relação a 2015, ocorreu decréscimo de 8,4%. Sendo assim, houve <u>aumento real de 17,9%</u> levando em consideração 2016 e 2017, em relação a 2015 (ano-base). No site, houve <u>aumento de 2,4%</u> no número de publicações entre 2017 e 2016. Na comparação anterior, o aumento foi de 8,1%. Em relação à 2015, o aumento foi de 14,9% para o período.	
Ações planejadas para o próximo trimestre		
1) Intensificar o relacionamento com imprensa, através de visitas, follow up e evento direcionado. Aumento na produção de matérias de interesse público e serviços.		

Objetivo Estratégico 18	Aperfeiçoar a atuação de TIC, visando à melhoria dos processos internos e a entrega efetiva dos produtos e serviços	Responsável
META 31	Implementar em 100% o PETIC - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação	Diretoria de Informática e Automação
Resultado	30% das ações do PETIC implementadas	
Ações planejadas para o próximo trimestre		
1) Instalação de videoconferência, instalação de kits de gravação de audiência, capacitação de servidores da TI, instalação de 1500 computadores,		

Objetivo Estratégico 19	Aprimorar a estrutura física e a segurança institucional das unidades administrativas e judiciais	Responsável
META 32	Garantir que 90% das unidades judiciais e administrativas atendam a todos aos requisitos de acessibilidade (ABNT NBR 9050 - Acessibilidade à Edificações, Mobiliário, Espaços Físicos e Equipamentos Urbanos e suas alterações (3ª Edição – 11/09/2015))	Diretoria de Engenharia, Obras e Serviços.
Resultado	51,12% das unidades estão adaptadas de acordo com os requisitos de acessibilidade; 20,79% está parcialmente adaptado; e 28,09% não adaptado.	



ATA DE REUNIÃO

Objetivo Estratégico 19	Aprimorar a estrutura física e a segurança institucional das unidades administrativas e judiciais	Responsável
META 33	Executar 90% do Plano de Obras, conforme previsão orçamentária anual disponibilizada, de modo a permitir condições físicas adequadas aos magistrados, servidores e usuários	Diretoria de Engenharia
Resultado	Questionário de priorização elaborado	
Ações planejadas para o próximo trimestre		
1. Aplicação do questionário e elaboração de relatório com os resultados; 2. Prazo de 30 dias para conclusão do Plano de Obras.		

Objetivo Estratégico 19	Aprimorar a estrutura física e a segurança institucional das unidades administrativas e judiciais	Responsável
META 34	Reduzir em 80% o número de ocorrências relacionadas à segurança institucional	Diretoria de Segurança
Resultado	Atendimentos: 2017 (33 Ocorrências, 13 Atendimento a Magistrados e 04 escoltas).	
Contrato de Vigilância Privada; Renovação do Convênio de PM's da Reserva; Processo de Videomonitoramento; Contrato de Manutenção de Controle de Acesso: Fórum de São Luís e Fórum de Imperatriz; Controle de Acesso em 17 Unidades Judiciárias (Raio X - São Luís, Imperatriz, Caxias, Timon e Paço do Lumiar e São José de Ribamar); Videomonitoramento em 12 Unidades Judiciárias; Convênio para aquisição de munições para treinamentos; Cursos de Capacitação: Magistrados – SEGINSTM (04); Oficiais de Justiça - Seg. Cumprimento Mandados (06); Público Interno – DSI e GMTJ (01); Recolhimento de Armas: 2016 (3.637) e 2017 (1.970); Atendimentos: 2016 (72 Ocorrências, 41 Atendimento a Magistrados e 08 escoltas).		
Ações planejadas para o próximo trimestre		
1. Implantação de Videomonitoramento em 76 unidades judiciais; 2. Implantação de Controle de Acesso com Pórticos em 90 Unidades Judiciais; 3. Aquisição de Cofres para acautelamento de armas e objetos apreendidos; 4. Aquisição de Coletes balísticos; 5. Aquisição de 02 veículos (blindados); 6. Implantação de Vigilância 24h em 15 Unidades Judiciais (Dependendo de Dotação Orçamentária - DF); 7. Aquisição de Carteiras Funcionais (Ação conjunta com a Diretoria de RH).		

Sugestões

6. Anexos

Lista de presença assinada.